



Inclusão digital e comunicação comunitária: desafios cognitivos na Sociedade da Informação¹

Angela M. Grossi de Carvalho²
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Juliano Maurício de Carvalho³
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Mateus Yuri Ribeiro da Silva Passos⁴
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Resumo

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) deu origem a um novo cenário socio-tecnológico, a Sociedade da Informação, da qual a população de baixa renda tem ficado à margem: é a chamada exclusão digital. As atuais iniciativas de inclusão do Estado e entidades não-governamentais focam a acessibilidade às TIC, mas em geral não atingem pessoas com mais de 20 anos e privilegiam um uso individual e limitado da internet. Este trabalho debate o uso da comunicação comunitária no processo de inclusão digital, proporcionando à população níveis crescentes de participação, da produção de mensagens à gestão dos conteúdos digitais. A inserção e a afirmação das culturas populares e locais permitem reconfigurar o espaço público virtual, o que, aliado ao processo de aprendizagem crítica do uso das TIC, permite ao indivíduo a conquista de sua cidadania on-line.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Comunicação comunitária. Cidadania on-line. Inclusão digital. Gestão da comunicação. Sociedade da informação.

Introdução

Inserir o Brasil em um novo contexto tecnológico e social tem sido uma preocupação do governo federal desde 2000, apesar do pouco espaço aberto à discussão com a sociedade civil, profundamente afetada pelos rumos ou ausência de políticas públicas. Tanto a definição dos padrões nacionais de TV e Rádio digitais como a criação de telecentros estão ligados ao surgimento da Sociedade da Informação e a necessidade da população em tomar parte dela.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Tecnologias da Informação e da Comunicação

² Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Jornalista graduada pela Universidade de Uniso, mestra em Educação pela Unimep. Pesquisadora do grupo de pesquisa “Gestão e Políticas de Comunicação” da Unesp. E-mail: angelacarvalho@marilia.unesp.br.

³ Professor e vice-coordenador do curso de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Líder do grupo de pesquisa “Gestão e Políticas de Comunicação” (Unesp). Jornalista graduado pela PUC-Campinas, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Comunicação Social pela Unesp. E-mail: juliano@faac.unesp.br.

⁴ Jornalista graduado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialista em Jornalismo Literário pelo Centro de Ensino Superior de Blumenau e Academia Brasileira de Jornalismo Literário. Cursa a especialização em Jornalismo Científico e a graduação em Estudos Literários na Universidade Estadual de Campinas. Membro do grupo de pesquisa “Gestão e Políticas de Comunicação” da Unesp. E-mail: mpassos@faac.unesp.br.



Castells (2000) afirma que atualmente os meios de produção são influenciados ou voltados à geração ou ao fluxo de informações, trocadas pelos meios de comunicação de massa e, principalmente, pela rede mundial de computadores, a internet – o que constitui a Sociedade da Informação. Ela é fruto da Terceira Revolução Industrial, que apresentou uma transformação em um nível ainda mais profundo do que as duas anteriores, as quais marcaram os meios de produção, bem como os de comunicação, com o uso de máquinas a vapor, eletricidade e conhecimentos científicos. Para Bell (1973), a sociedade que dela resulta difere das anteriores pela sua dependência da tecnologia e da ciência. A mudança para uma sociedade pós-industrial está ligada à estrutura social, de acordo com as conotações políticas e culturais. “As expressões sociedade industrial, pré-industrial e pós-industrial são seqüências conceituais ao longo do eixo da produção e dos tipos de conhecimento utilizados” (BELL, 1973, p. 25).

Aí também se manifesta uma revolução comunicacional. Nas mídias anteriores havia um único sentido de transmissão, de um emissor para milhões de receptores. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) atuais, porém, permitiram uma descentralização desse processo, no qual receptores agora se tornam também comunicadores. As facilidades da confluência de mídias na internet unificaram possibilidades de transmissão em texto, vídeo e áudio e permitem aos usuários da rede se expressarem por meio de blogs, podcasts e rádios on-line.

Desse modo, a rede tornou-se um espaço de debate público e, além disso, de cidadania. Uma vez que o novo contexto envolve a informação como unidade motriz de funcionamento da sociedade. Assim, ter acesso ao fluxo de informações da internet não é um luxo ou mero acréscimo à vida cotidiana, mas uma condição básica para se manter a cidadania de um indivíduo. “O conceito de sociedade pós-industrial lida, sobretudo, com as mudanças na *estrutura social*, com a maneira segundo a qual a economia está sendo transformada e como está sendo remanejado o sistema ocupacional, e como as novas relações entre a teoria e o empirismo particularmente entre a ciência e a tecnologia” (BELL, 1973, p. 26). Contudo, a Sociedade da Informação, ou pós-industrial, cria um fosso entre o cidadão e a tecnologia deixando uma parcela significativa da sociedade sem ter condições de uso e acesso desse fluxo informacional.

Assim, a Sociedade da Informação não engloba a todos. Segundo relatório da ONU (2004), apenas 120 em cada 1000 pessoas no mundo têm acesso à internet. Assim, quase 90% da população mundial ainda não usufrui das possibilidades das TIC, devido à falta de instrução para o manuseio dos equipamentos e ao baixo poder aquisitivo para adquiri-los e financiar uma conexão à internet. Há então, um abismo tanto instrumental quanto cognitivo, uma vez que uma parcela significativa da humanidade está à parte dos novos espaços de discussão e criação



(tornando-se, portanto, não-cidadãos). A isso se chama exclusão digital, que vem sendo combatida por iniciativas de inclusão das pessoas à margem da SI e, portanto, sem direito à cidadania on-line, ou seja, a ter acesso ao novo espaço de discussão e exercer o uso consciente das tecnologias disponíveis. O cidadão é, assim, privado de exercer seu direito à informação, uma vez que boa parcela dela está disponível apenas na rede – e isso é inaceitável para haver uma cidadania completa (PINSKY, 2003).

Desafios para o Brasil na Sociedade da Informação

Como uma das mais promissoras nações emergentes, o Brasil tem urgência de se inserir no novo contexto tecnológico e social, projetando-se no ciberespaço. Essa necessidade se dá, em um nível macrossocial, principalmente por conta da atualização de conhecimentos oferecida pelas TIC e o domínio de tecnologias cada vez mais sofisticadas. Por outro lado, cada indivíduo, para exercer sua cidadania de forma igual à dos demais, deve ser cidadão também na rede, recebendo, discutindo e produzindo conteúdos. Para isso é preciso, em primeiro lugar, dominar o uso das TIC (hardwares e softwares).

O “país do futuro”, como se dizia há décadas, hoje ocupa o 8º lugar no ranking mundial em número de *hosts* registrados – já são 6.438.501. É também o sexto em registro de domínios nacionais – em outubro de 2006, ultrapassou-se a marca de um milhão de domínios *.br* registrados. Aparentemente, é um cenário promissor para avanços na cidadania on-line.

Todavia, enquanto adere rapidamente e participa ativamente da Sociedade da Informação, o Brasil está em 69º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵. Em 2004, 11,4% da população brasileira adulta se constituía de indivíduos analfabetos e 10,1% estava abaixo da linha da pobreza, ou seja, sobrevivia com menos de um dólar por dia. Também 10% dos brasileiros não tinham acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e estimava-se que 10,3% não sobreviveriam além dos 40 anos de idade.

Diante desse cenário descortina-se uma severa brecha digital (*digital gap*), a partir da qual ocorre um *apartheid digital*⁶, ante do qual uma parcela elitizada da população utiliza os mais

⁵ Relatório emitido anualmente pela Organização das Nações Unidas desde 1990 com o título de *Human Development Reports* (HDR). Seu propósito é melhorar o acesso ao conhecimento, alimentação, educação e saúde, também propondo a manutenção da segurança contra crimes de violência. Seus dados apresentam uma avaliação global das realizações dos países nas diferentes áreas de desenvolvimento humano – para os relatores do IDH, o povo é a verdadeira riqueza de cada país, que, portanto, deve lhe garantir condições de vida adequadas. Em 2006, informações completas de 177 países, referentes ao ano de 2004, foram compiladas e avaliadas no IDH. Nos três primeiros lugares, estiveram Noruega, Islândia e Austrália. Nos três últimos, Mali, Serra Leoa e Nigéria. As estatísticas da mais recente edição do IDH/HDR estão disponíveis em: <<http://hdr.undp.org/hdr2006/>>.

⁶ Expressão cunhada por Silveira (2001) para comparar a presente exclusão digital ao *apartheid* da África do Sul.



sofisticados recursos, enquanto muitos brasileiros jamais utilizaram um microcomputador. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 21% da população com mais de 10 anos (o que corresponde a 31.980 mil pessoas) já acessou a internet pelo menos uma vez. De acordo com o Ibope/NetRatings, apenas 22 milhões de indivíduos têm acesso doméstico à internet no país, sendo que 14,419 milhões desses são usuários ativos. Outros seis milhões acessam a rede exclusivamente de locais públicos: 4,4 milhões em locais pagos (cibercafés, LAN houses) e 1,6 milhões a partir de pontos de acesso gratuito – destes, 42% pertencem à classe C e 22% às classes D e E. Mesmo o microcomputador só está presente em 19,63% dos lares brasileiros. (CETIC, 2006).

Tendo em vista esses dados e a expectativa do Estado em ocupar lugar de destaque no cenário internacional e alcançar níveis maiores de desenvolvimento tecnológico e humano, é preciso promover a inclusão digital para quem está à margem da Sociedade da Informação, pois “a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede” (SILVEIRA, 2001, p.18). Assim, uma população digitalmente excluída estará, por extensão, socialmente excluída. A inclusão ideal deve fomentar não só a alfabetização digital (integrando educação, apropriação crítica das TIC e ampliação da cidadania), mas também políticas públicas adequadas e atividades que gerem renda, uma vez que boa parte dos excluídos digitalmente possui também baixo poder aquisitivo.

Há, assim, dois tipos de barreiras à utilização de computadores e, portanto, à inclusão digital. Do ponto de vista técnico/econômico, a conectividade é um agravante gargalo: 79% dos brasileiros com mais de 10 anos jamais acessaram a internet. É preciso, portanto, criar pontos de acesso, ou políticas que incentivem e barateiem a aquisição de computadores e a conexão à rede.

Já no aspecto cognitivo, é preciso instruir a população como utilizar as TIC de forma adequada, ou seja, não só pelo ensino sobre o uso de softwares básicos. Esse tipo de atividade oferece um conhecimento incompleto sobre o próprio equipamento. Como afirma Silveira (2001), o computador sem acesso à internet é como uma máquina de escrever eletrônica: é uma máquina subutilizada. Se há acesso à rede, mas não a consciência ou usufruto dos direitos e cidadania online, persiste a subutilização, que pode ser comparada à afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (2006, p.183) de que “a simples alfabetização em massa não constitui [...] um benefício sem-par. Desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem, é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego”. A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, de modo a tornar o



indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la, constituindo a alfabetização digital. Segundo Rangel (2003), coordenador executivo da ONG Sociedade Digital (Socid):

[...] inclusão digital não é premiação com equipamentos de informática, linhas de crédito ou Internet grátis. É tudo isso e muito mais. [...] É tornar o indivíduo capaz de se desenvolver, de buscar informações e de transformar a sua realidade, interferindo com qualidade nos espaços democráticos existentes, ou mesmo sendo capaz de criar novos espaços para o desenvolvimento da justiça, da paz e da igualdade.

As ONGs e entidades voltadas à inclusão digital têm como mote a viabilização do meio, ou seja, a democratização da Internet, utilizando o espaço público virtual para diminuir as desigualdades sociais, fazendo com que a grande rede abra espaço para a publicação dos conteúdos e o acesso a todos os cidadãos em qualquer parte do globo. Essa preocupação existe justamente para que a maioria da população, que não tem condições financeiras, educacionais e estruturais, possa se beneficiar com as possibilidades oferecidas pela rede. Segundo Silveira (2001, p.18):

[...] a exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva.

A despeito da aparência assistencialista desta afirmação, cabe ao Estado regular e promover a inclusão digital de seu povo, uma vez que a participação na Sociedade da Informação e, por extensão, a utilização das TIC, fazem parte das novas necessidades mínimas de cidadania. Sem intervenção estatal, o ciberespaço, bem como seu acesso, é capitalizado e mercantilizado, atendendo aos interesses de organizações privadas. (MIRANDA et al, 2000).

O Brasil teve como marco regulatório de utilização das TIC o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), batizado de *Livro Verde* (LV). Lançado em 2000, durante o segundo mandato como presidente de Fernando Henrique Cardoso, o documento de 203 páginas foi organizado por Tadao Takahashi e fomentado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Mais de 300 pesquisadores e estudiosos da área auxiliaram no cumprimento de seu principal objetivo, o estabelecimento de critérios para fomento e utilização das TIC e sua integração na vida social.

Sua proposta central é a inclusão digital, tanto voltada à oportunidade gerada com o mercado das tecnologias quanto para a educação, utilizando as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como meio. De qualquer ângulo, a tarefa é criar condições para que o ingresso na Sociedade da Informação seja capaz de reduzir as diferenças sociais atualmente agravadas pelo emprego dessas tecnologias.

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso

crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. **A criação e manutenção de serviços eqüitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se em iniciativas prioritárias da ação pública.** Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada ‘alfabetização digital’ é elemento-chave nesse quadro (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

Iniciativas de promoção da inclusão estariam, então, diretamente relacionadas à motivação e à capacidade para a utilização das TIC de forma crítica e empreendedora, objetivando o desenvolvimento pessoal e comunitário. A idéia é que, apropriando-se desses novos conhecimentos e ferramentas, os indivíduos possam desenvolver uma consciência histórica, política e ética, associada a uma ação cidadã e de transformação social, ao mesmo tempo em que se qualificam profissionalmente.

O LV foi, na verdade, redigido às pressas, com falta de solidez, profundidade e subsídios científicos em suas discussões, tendo em vista acelerar o desenvolvimento tecnológico e manter o país atualizado sobre as discussões internacionais sobre Sociedade da Informação. É uma amostra da característica marcante que Sérgio Buarque de Holanda (2006) identifica na sociedade e no Estado brasileiros: a busca por um sucesso grande de forma rápida, sem atentar para a construção de uma base sólida de sustentação. Duas das metas estabelecidas no LV foram a continuação dos debates sobre inclusão para o lançamento de um *Livro Branco* (LB) do Programa Sociedade da Informação, ainda em 2000, e a implantação de ações operacionais no triênio 2001-2003. O LB foi lançado com grande atraso, em 2002, com apenas 80 páginas e sem fazer menção a seu predecessor. Apenas na gestão seguinte tiveram início programas de inclusão digital por parte do Estado.

Estado: do e-gov aos programas de inclusão

Na gestão Fernando Henrique Cardoso, após a divulgação do LV, houve pouco avanço com relação ao Programa Sociedade da Informação no Brasil. Na administração seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal abandonou o programa e, em contrapartida, lançou em 2003, primeiro ano do mandato, o Programa de Inclusão Digital, integrante da linha de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O programa apresenta duas linhas de ação: fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital e implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social. Em ambas as frentes, o objetivo é melhorar a acessibilidade, ou conectividade, da população às TIC.



Apesar do lançamento do Programa de Inclusão Digital, durante os três anos seguintes as principais ações do governo quanto à entrada do país na Sociedade da Informação se restringiram basicamente à digitalização dos serviços ao cidadão, por meio do chamado governo eletrônico (e-gov). A iniciativa é fundamental para expandir o uso das TIC, pois “com o **uso exemplar** de tecnologias de informação e comunicação em suas atividades, pode acelerar grandemente o uso dessas tecnologias em toda a economia, em função da maior **eficiência e transparência**⁷ de suas próprias ações”. (TAKAHASHI, 2000, p.69). Desse modo, ao colocar à disposição conteúdos e serviços na rede, o governo assume a postura de provedor das iniciativas positivas no uso das TIC.

São duas as vertentes de informações e serviços ao cidadão do e-gov: a disponibilização de informação ou serviços em um *website* ou no portal de uma instituição pública e a disponibilização seletiva de informação ou o acesso a serviços para o cidadão. Na segunda vertente estão contidas ações como a criação de quiosques eletrônicos (Quiosque do Cidadão) em locais de acesso público, centros comunitários de acesso à internet (Gesac e o programa Estação Digital da Fundação Banco do Brasil) e de endereços eletrônicos de onde o cidadão poderá receber informações de seu interesse via e-mail.

A criação de pontos de acesso também fez parte das políticas de inclusão do governo estadual de São Paulo. O programa Acessa São Paulo, iniciado em 2000, instalou 386 postos em 299 municípios. Há três tipos de postos de acesso: 1) comunitários, implantados em parceria com entidades comunitárias, em sua maioria localizados em regiões periféricas; 2) municipais, implantados em parceria com prefeituras, geralmente localizados em bibliotecas públicas; 3) postos públicos de acesso à internet (POPAIs), localizados em órgãos ligados ao Governo do Estado, como restaurantes do programa Bom Prato, estações de trens e metrô, terminais de ônibus, postos do Poupatempo e Centros de Integração da Cidadania. Agregados ao programa estão projetos de capacitação e produção de conteúdo multimídia, que dão um passo à frente no processo de inclusão digital ao oferecer mais do que o simples acesso à internet, porém têm pequeno alcance. O número de postos que participa desses projetos é pequeno e a maior parte das iniciativas ainda está nos primeiros estágios de implantação. O MetaProjeto, criado especificamente para o público do posto do Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI), em São Paulo, teve a produção de conteúdo iniciada em fevereiro de 2007 e terá apenas 3 meses de duração.

O ano de 2005 foi uma peça-chave nas iniciativas de inclusão do governo federal. Durante esse

⁷ Grifos do autor.



ano, três projetos foram lançados: Cidadão Conectado – Computador para Todos, Casa Brasil e Telecentros de Informação e Negócios (TIN).

O Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos entrou em execução em novembro de 2005 e trouxe como proposta o financiamento da compra de microcomputadores a baixo custo – por volta de R\$ 1,4 mil. As máquinas têm hardware condizente com as necessidades atuais (processador de 1GHz, RAM de 128 Mb, disco rígido mínimo de 40 Gb e entradas USB), utilizam o sistema operacional Linux e 26 softwares livres, dentre editores de texto, programas antivírus e editores de imagem. O foco do programa, destinado a consumidores com renda entre três e sete salários mínimos, é a acessibilidade – contudo, até o momento, uma parcela relativamente baixa desse universo populacional foi beneficiada. Até janeiro de 2007, o projeto registrava pouco mais de 19 mil equipamentos financiados.

Já o Projeto Casa Brasil, lançado via edital do CNPq (ITI/CGPCB nº 041/2005) em junho de 2005, tem como proposta a criação de unidades dotadas de telecentros⁸, auditórios, bibliotecas populares, estúdios multimídia, laboratórios de divulgação científica e oficinas de rádio. Também são ministrados cursos presenciais e à distância sobre direitos humanos, metareciclagem, informática livre, direitos autorais em meio digital, educação à distância e gestão. Desse modo, ao contrário do que acontece no ACESSA São Paulo, em que as iniciativas diferenciadas são esparsas, cada centro do Casa Brasil deve, obrigatoriamente, abrigar o complexo de instalações descrito, agregando treinamento cognitivo ao acesso à rede. Ao longo de 2006, 140 unidades foram instaladas em todo o país.

Por fim, destinado a pequenas e microempresas, os TIN têm como objetivo a criação de telecentros para aumentar a competitividade dessas organizações e estimular novos empreendimentos. Até março de 2007, haviam sido instalados 742 TIN em sindicatos, prefeituras e associações comerciais.

Assim, há apenas duas grandes iniciativas governamentais em inclusão digital voltadas também ao aspecto cognitivo de utilização das TIC. Uma vez que o processo de implantação de ambas teve início em 2005 e suas atividades começaram em 2006, ainda é cedo para avaliar o impacto dessas iniciativas nas comunidades beneficiadas. É preciso ressaltar que ainda há uma baixa penetração desses programas, ao se levar em conta que o país possui 5.564 municípios (IBGE) e que mais de 20% dos telecentros do programa TIN se concentram no estado de Minas Gerais (166), onde estão 15% dos municípios do país (853) e 10,9% da população.

Para melhor compreender projetos dessa natureza, é importante estudá-los a partir do ponto de

⁸ Espaços públicos destinados ao acesso à internet, com a possibilidade de se ministrarem cursos. O programa estabeleceu a quantidade mínima de 10 computadores e a máxima de 20 em cada telecentro.



vista da gestão da informação, expressão em evidência na sociedade contemporânea, seja pela importância dada à informação com os avanços das tecnologias da informação e da comunicação, seja pelo consumo desenfreado de informação.

A aplicação da gestão da informação em ambientes virtuais contribui para uma melhor organização das informações disponíveis na rede e com o avanço tecnológico desenham-se novas formas de organização devido à capacidade que essas tecnologias têm para alterar as tradicionais configurações de tempo e de espaço. Assim, discute-se a importância de ambientes colaborativos, não mais como possibilidades, mas sim como necessidade. De acordo com Silveira (2005, p. 71) “é necessária a adoção de políticas que assegurem a geração, o uso, a manutenção e a disseminação do capital intelectual na rede, isto é, a gestão da informação em uma organização virtual”, formando o que se pode chamar de “ambientes informacionais cooperativos”.

A aplicação destes conceitos em projetos de inclusão digital pode diminuir o fosso entre o cidadão e a informação recebida, uma vez que a concepção de organização virtual se encaixa tanto na governança, ou e-gov, como nos projetos que trabalham com inclusão digital.

A aplicabilidade da gestão da informação em projetos de cidadania digital é importante para garantir que a informação chegue até o cidadão, já que o não-acesso ou o acesso limitado à informação ou ainda o acesso a informações distorcidas dificultam o exercício pleno da cidadania. (ARAÚJO, 2004).

Terceiro Setor: motor da inclusão digital

O Terceiro Setor, constituído por organizações não-governamentais (ONGs) sem fins lucrativos, vem desempenhando papel fundamental no processo de inclusão digital. São vários os programas desenvolvidos em torno da cidadania digital. A participação é extremamente positiva, principalmente em virtude da militância engajada de seus participantes, muitos deles voluntários, comprometidos com as questões sociais que permeiam a exclusão digital, trabalhando em regiões periféricas e carentes.

São vários os perfis dos projetos desenvolvidos, que abrangem inúmeros telecentros comunitários, os programas sampa.org, CDI, Socid, Viva Rio e vários outros, atuando nos mais diversos segmentos. O Projeto Software Livre Bahia, por exemplo, foca a disseminação de programas de computador gratuitos e modificáveis. Já o Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária (LIDEC), da Universidade de São Paulo (USP), promove a capacitação de monitores para pontos de acesso públicos e o projeto Sinergia Digital, da Pontifícia



Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), ministra aulas de informática e de formação humana nas instalações da universidade.

O mais antigo programa de inclusão digital do país, promovido pelo Comitê para a Democratização da Informática (CDI), teve início em 1994 na Favela Santa Marta, no Rio de Janeiro. Com a finalidade de promover “a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania” (BAGGIO, 2004), o CDI criou Escolas de Informática e Cidadania (EICs), cujo público-alvo são os segmentos excluídos da sociedade.

Atualmente, há 840 EICs, distribuídas em 19 estados brasileiros e oito outros países (África do Sul, Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Equador, México e Uruguai), contando com 1633 educadores, 1069 voluntários, 7911 computadores instalados e mais de 700 mil educandos formados. A proposta pedagógica se divide em cinco módulos de aulas de informática, voltados aos principais aplicativos do pacote Microsoft Office e ao uso da internet, somados a reuniões de discussão sobre cidadania e a realidade da comunidade onde a EIC está instalada. As unidades também oferecem horários de uso livre dos computadores.

Uma EIC surge quando a ONG interessada em sediá-la envia sua proposta ao CDI. O órgão exige uma instalação capaz de abrigar no mínimo 10 microcomputadores, enquanto providencia a doação das máquinas e a capacitação de educadores.

Diversas escolas que integram a rede possuem severas limitações – das más condições dos computadores, tecnologicamente defasados ou inutilizados por falta de manutenção, à impossibilidade de prover uma conexão com a internet, promovendo a alfabetização digital, mas não a entrada definitiva na Sociedade da Informação.

Contudo, a iniciativa é um importante passo na transformação social de seus beneficiados. O primeiro contato com o computador dirige projetos de vida para carreiras voltadas à tecnologia, a começar por cursos de ensino técnico (a maior parte dos alunos tem entre 13 e 15 anos), e tem gerado uma realimentação nas EICs, às quais muitos ex-alunos retornam como monitores ou educadores. Outro fator positivo é a alfabetização digital de adultos com baixa escolaridade, indivíduos que em geral têm grande dificuldade no manejo das TIC.

A ONG Sociedade Digital (Socid) realiza seu trabalho em um âmbito diferente. Fundada em 2001 para potencializar o uso das TIC em outras ONGs, tem como propósito reduzir a exclusão digital também nessas organizações. Além disso, a Socid fomenta a criação de websites e softwares e, por meio do projeto Telecom Livre, também promove a criação de telecentros comunitários e comunidades virtuais, incentivando a produção de conteúdo e o emprego consciente e crítico das TIC.

Um estudo do impacto dos telecentros na vida dos usuários, realizado por Patrícia Mallmann Souto Pereira (2004) a partir da vivência de dois frequentadores do Telecentro Comunitário Chico Mendes⁹, o mais antigo de Porto Alegre (RS), selecionados a partir de uma análise prévia do perfil das 300 pessoas que utilizam seus microcomputadores semanalmente, 75% delas na faixa dos 8 aos 22 anos, com idade média entre 18 e 19 anos. Pereira analisou dois casos opostos, o típico e o extremo, nos quais o usufruto do telecentro se dá para lazer e diversão ou convívio pessoal e relações sociais, respectivamente. A principal vantagem inclusiva nesse tipo de iniciativa, para a autora, é um aumento na auto-estima dos beneficiados.

Assumpção explica que a principal diferença entre uma criança de classe média e uma criança de periferia, no que diz respeito à utilização das TICs, é que para a primeira a internet pode ser comparada a um canivete suíço e para a segunda, representa um peso nas costas. Para ele, as crianças de classe média têm total controle sobre a tecnologia e utilizam a internet em todos os campos da sua vida, para lazer e para estudo, incluindo aí copiar a lição de casa. Para uma criança da periferia os telecentros comunitários oferecem cursos e acesso às TICs focados, principalmente, no uso produtivo da tecnologia. Conseqüentemente, essa criança é privada de ver outras aplicações e usos. No entanto, quando ela também começa a copiar as tarefas escolares, é indício de que se apoderou das TICs tanto quanto uma criança de classe média. PEREIRA (2004, p.384)

Porém, esse tipo de iniciativa não atende a todos os membros das localidades em que atua. Um dos problemas da brecha digital está na própria exclusão social, encarnada no “baixo nível de escolaridade e fragilidade do ensino”. (PEREIRA, 2004, p.386). Prova disso é que os frequentadores dos telecentros estão entre aqueles com maior grau de escolaridade em suas comunidades. Outro problema identificado por Pereira (2004) é o fato de esses pontos de acesso serem utilizados principalmente para a resolução de problemas individuais e não comunitários.

Despontam, então, dois principais gargalos para as iniciativas do Terceiro Setor: no aspecto econômico, a viabilização dos projetos na obtenção de equipamento de qualidade, atualizado, e na manutenção das máquinas e do acesso à internet; no cognitivo, a compreensão de qual deve ser o objetivo da inclusão digital, ou a própria definição desse conceito – aulas de informática com capacitação para o uso das TIC, acesso à internet, produção de conteúdo, discussão sobre cidadania?

Nas mais diversas frentes, as iniciativas apresentadas cumprem parcialmente as metas da inclusão digital. Ao se resgatar a discussão sobre o contexto da exclusão digital e a necessidade de uma alfabetização acompanhada por um processo pedagógico que leve à autonomia do

⁹ Localizado no bairro Mário Quintana, região nordeste de Porto Alegre, e inaugurado em julho de 2001, foi proposto pela atual Associação Natureza Cidadania e Paz (NACIPAZ) para a prefeitura municipal por meio do projeto Telecentros Porto Alegre. É administrado por um conselho gestor, formado por membros da comunidade e parceiros envolvidos (PEREIRA, 2004).



beneficiado e à sua compreensão crítica sobre a Sociedade da Informação e as tecnologias disponíveis, é possível afirmar que o programa ideal realizaria uma confluência de todas essas linhas.

Comunicação comunitária: um aceno para a cidadania on-line

Ainda pouco focada pelas iniciativas, públicas ou da sociedade civil, a comunicação comunitária pode ser capaz de estabelecer uma ponte entre as necessidades instrumentais e a resolução dos gargalos cognitivos das iniciativas de inclusão digital. De acordo com Cogo (1999, p. 09):

Em uma identidade formada por uma tradição conceitual em que o local e participativo foram sempre privilegiados, a comunicação comunitária precisa incluir agora não apenas o global e o massivo, mas incluir, nessa dimensão global, o que ainda é marcadamente excludente nas sociedades latino-americanas: as chamadas novas tecnologias da informação.

Ao contrário do que parece à primeira vista, a rede mundial de computadores proporciona cada vez mais a proliferação e valorização das culturas locais (MIRANDA et al, 2000), recuperando seu lugar num processo de globalização desigual.

De acordo com Dunley (2004, p. 03), existe uma tríade para a democratização da mídia digital composta pela Ética, Estética e Política. A Ética é “onde vigora o pensamento e a ação orientados para que os *meios* não continuem a ser os fins do processo comunicacional contemporâneo tardio”. A Estética “pressupõe o desejo de que exista um outro modo ou um novo estilo de viver em comum na atual sociedade globalizada [...] que se sustente sobre uma ética do *bem-viver*”, valorizando assim um pacto coletivo em torno do outro e do reconhecimento de sua diferença. E, por fim, a Política, que a autora entende como a “observação participativa das microrrupturas do cotidiano com a ordem do capital a uma macropolítica capaz de nos fazer participar de uma globalização não perversa, testemunhando assim o nascimento de redes”, que valorizem a oportunidade e a solidariedade, como foco no relacionamento entre si em uma multiplicidade das culturas minoritárias espalhadas pelo planeta.

De acordo com Cicília Peruzzo (2002, p.8), a comunicação comunitária é um poderoso instrumento de educação e cidadania. Presente majoritariamente em localidades periféricas, onde residem pessoas de baixa renda, “contribui para que elas se tornem **sujeitos**¹⁰, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornem protagonistas da comunicação e não somente receptores”.

¹⁰ Grifo da autora



Peruzzo (2005) aponta cinco diferentes níveis de interação dos integrantes da comunidade com a comunicação: receptores, participação nas mensagens, participação na produção e difusão de mensagens, materiais e programas, participação no planejamento e participação na gestão. A cada nível, dá-se um passo avante na democracia comunicacional, no direito à posse da informação. A pesquisadora aponta que a produção de comunicação comunitária também é um processo informal de educação.

Se estimulado pelo Estado e introduzido nos numerosos telecentros, onde ainda predomina o uso exclusivamente pessoal das instalações, o conceito de comunicação comunitária dará maior autonomia e engajamento a seus participantes e poderá despertar interesse pelas TIC nos indivíduos que ainda não tiveram contato com elas.

Traduzida para as necessidades da Sociedade do Conhecimento, a comunicação comunitária passa a ser instrumento de inserção no uso das TIC de forma a garantir a plena cidadania on-line. O aprendizado das tecnologias digitais é acelerado, senão consolidado, quando estas são utilizadas para um propósito palpável, não limitado a exercícios em sala de aula: permitir à própria comunidade e à cultura local ter um espaço onde se expressar na rede.

Considerações finais

Há muito por fazer para que tenhamos uma Sociedade da Informação no Brasil. Como já expressamos, a SI tem em si um potencial de contradição: valoriza o fator humano no processo produtivo, ao transformar o conhecimento e a informação em capital, mas, simultaneamente, desqualifica os novos “analfabetos” das tecnologias da informação, o que pode dar origem a uma nova classe de excluídos. As políticas públicas e privadas de inclusão digital devem assimilar essas armadilhas e desafios. Entendemos que este é o momento de marcar presença com propostas efetivas e transformadoras, de apontarmos os aspectos necessários à implementação de uma Sociedade da Informação para o combate à infoexclusão e para a criação de uma cidadania digital, uma cidadania on-line, por meio da apropriação crítica das TIC.

O que denominamos de apropriação crítica deve ser a espinha dorsal de qualquer iniciativa que pretenda, definitivamente, erradicar a exclusão digital. Os projetos de governança na Internet e as ações empresariais e do Terceiro Setor devem estar condicionados a essa apropriação consciente da tecnologia. O que observamos, no entanto, é um discurso bem estruturado nessa direção, mas ações que visam apenas a treinamento/manipulação das TIC.

O cidadão na SI não é apenas receptor, mas sim e, principalmente, produtor de conteúdo comunicacional e informacional. Assim, a disputa do espaço por meio da organização social, da



valorização da identidade coletiva e da gestão dos conteúdos torna a comunicação comunitária uma vertente do processo de inclusão digital, criando a reconfiguração do espaço público virtual por meio da desconstrução de linguagens, geração de acervo, novas mediações simbólicas e experimentalismo.

Assim, estará aberto um caminho que pode contribuir para a resolução dos dois problemas atualmente enfrentados pela população de baixa renda: a **exclusão digital**, que a põe à margem da Sociedade do Conhecimento e a priva de parte de sua cidadania, e a **exclusão social**, fato que permeia o anterior, uma de suas conseqüências. Se os indivíduos socialmente marginalizados permanecem sem voz perante as camadas de elite por conta de um isolamento comunicacional e geográfico, no ciberespaço conscientemente utilizado ambas as barreiras isolantes se desfazem e qualquer tipo de informação torna-se acessível à distância de um clique, permitindo às camadas excluídas ocupar um espaço de cidadania (virtual ou física) nunca antes conquistado.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999.

BAGGIO, Rodrigo. **O que é CDI?**. Comitê pela Democratização da Informática. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br/>>. Acesso em: março 2007.

BECKER, Maria Lúcia. **A periferia na cibercultura: técnica, política e exercício da cidadania nos bairros de Curitiba e São Paulo**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Cultrix, 1973.

CANDIDO, Carlos A.; VALENTIM, Marta L. P.; CONTANI, Miguel L. Gestão Estratégica da Informação: semiótica aplicada ao processo de tomada de decisão. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.6 n.3 jun/05. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun05/Art_03.htm > .
Acesso em: março 2007.

CARVALHO, Juliano Maurício de. **Políticas e gestão da informação**: uma releitura sobre cidadania e inclusão digital. I Encontro ULEPICC Brasil. Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

CETIC. **Base de dados**. CETIC. Disponível em: <<http://www.cetic.br/>>. Acesso em: março 2007.

COGO, Denise. De como a exclusão vai incluindo a pluralidade como indagação ao campo da comunicação comunitária. In: **XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 1997, Santos. XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997.



DUNLEY, Gláucia Peixoto. Para além da mídia e do estigma: a Comunicação Comunitária. In: **X SIPEC - Simpósio de Pesquisa em Comunicação**, Região Sudeste, 2004, Rio de Janeiro. Catálogo de resumos do X SIPEC - UERJ, DEZ/2004, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ed. comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: março 2007.

IBOPE. **Painel IBOPE//NetRatings**. CETIC. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/ibope/metod-ibope.htm>>. Acesso em: março 2007.

IDH. Organização das Nações Unidas. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.undp.org>>. Acesso em: março 2007.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MIRANDA, Antonio L. C. et al. Os conteúdos e a Sociedade da Informação no Brasil. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.5, out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out00/Art_03.htm> Acesso em: 10 mar. 2007.

PEREIRA, Patricia M. S. Impactos socio-culturais de telecentros comunitários: o caso do telecentro Chico Mendes. **Em Questão**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.375-388, jul./dez. 2004.

PERUZZO, Círcia M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **PCLA – Revista do Pensamento Comunicacional Latinoamericano**, São Paulo, v.4, n.1, out./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>> Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Semiosfera**, Rio de Janeiro, n.8, out. 2005. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/conteudo_nt_01Peruzzo.htm> Acesso em: 10 mar. 2007.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

RANGEL, Alexandre M. Exclusão Cefálica. **SETE PONTOS**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mai. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/1/cefalica.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.

SILVEIRA, Henrique. Gestão da informação em organizações virtuais: uma nova questão para a coordenação interorganizacional no setor público. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 70-80, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28557.pdf> . Acesso em: março 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital – a miséria na era da informação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

USUÁRIOS de Internet no Brasil. **Teleco – informação em telecomunicações**, 2 mar. 2007. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/internet.asp> Acesso em: 6 mar. 2007.

VONNEGUT, K. **Player Piano**. St. Albans: Panther Books, 1969.